

Capítulo 3 – Índice

3	ASPECTOS LEGAIS.....	3-2
3.1	LEGISLAÇÕES VIGENTES E LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	3-2
3.1.1	Principais Legislações	3-3
3.1.1.1	Discussões Preliminares	3-3
3.2	Plano de Gestão da APA Municipal	3-15
3.2.1	APA Municipal de Campinas	3-18
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS – ASPECTOS LEGAIS	3-20

3 ASPECTOS LEGAIS

3.1 LEGISLAÇÕES VIGENTES E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é o instrumento capaz de formalizar o papel pró-ativo do empreendedor, garantindo aos detentores das licenças o reconhecimento público de que suas atividades serão realizadas com a perspectiva de promover a qualidade ambiental e sua sustentabilidade.

Cabe ressaltar que o licenciamento ambiental não exime o empreendedor ou responsável pela atividade da obtenção de outras licenças legalmente exigíveis, conforme determinado na Lei nº 6.938/81, no seu artigo 10º, com a redação dada pela Lei nº 7.804/89.

Para a obtenção da Licença Ambiental, além do atendimento aos padrões estabelecidos, os impactos ambientais negativos decorrentes da implantação do empreendimento devem ser previstos, corrigidos, mitigados e compensados, assim como introduzidas práticas adequadas de gestão na operação, na perspectiva da contribuição específica do empreendimento à qualidade ambiental e à sua sustentabilidade.

A Licença Ambiental, como definida na Resolução n.º 237/97, é:

"o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadores dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental".

O Sistema de Licenciamento Ambiental é o processo administrativo sistemático das consequências ambientais da atividade que se pretenda desenvolver, desde sua fase de planejamento, e das medidas adotadas para seu controle, por meio da emissão de três licenças sucessivas e pela verificação de restrições determinadas em cada uma delas. Inclui os procedimentos de acompanhamento das licenças concedidas, por meio da inspeção e verificação periódica realizada pelos órgãos ambientais.

Portanto, trata-se de uma poderosa ferramenta de planejamento para o empreendedor e não um simples ato administrativo.

As licenças ambientais estão estabelecidas no Decreto Federal n.º 99.274/90, que regulamenta a Lei n.º 6.938/81, e detalhadas na Resolução CONAMA n.º 237/97. São elas:

- Licença Prévia,
- Licença de Instalação,
- Licença de Operação.

No Estado de São Paulo a Lei 9509 de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, atendendo à disciplina geral do licenciamento estabelecido pela legislação federal, contemplou as 3 formas de licenças (LP, LI, LO), suprimindo, em definitivo, a omissão da Lei 997/76 e seu Decreto regulamentador, que não faziam referência à Licença Prévia.

3.1.1 Principais Legislações

3.1.1.1 Discussões Preliminares

a) Âmbito Federal

- *A Constituição Federal de 1.988*

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, reconhecendo o direito à qualidade do meio ambiente como manifestação do direito à vida, produziu um texto inédito em constituições em todo o mundo, capaz de orientar uma política ambiental no país e de induzir uma mentalidade preservacionista.

Com efeito, considerando o meio ambiente bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impôs ao Poder Público, para assegurar a efetividade desse direito, entre outros, a incumbência de exigir estudo prévio ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de impacto no meio ambiente (art. 225, caput e § 1º, IV). Assim,

a partir de 1.988, harmonizar a proteção do meio ambiente com a exploração econômico-energética tornou-se um ideal constitucional a ser concretizado pelo licenciamento, este último instrumentalizado com rigorosos estudos de impactos ambientais, a fim de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e da própria atividade antrópica e a melhor qualidade de vida para o homem.

Especificamente em matéria de repartição de competências entre as entidades competentes do estado federativo, o critério reinante é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios concernem os assuntos de interesse local.

- *Lei 6938/81*

O licenciamento em meio ambiente, já conhecido e praticado em vários Estados através de leis próprias editadas principalmente a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, ganha roupagem definitiva com a Lei n.º 6.938/81, que lhe conferiu o status de "instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente" (art. 9º, IV). O art. 10 dessa Lei, com a redação determinada pela Lei n.º 7.804/89, prescreve:

"Art. 10 – A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis".

§ 1º - Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação "".

Da leitura deste dispositivo verificar-se ostentar o licenciamento as seguintes características:

- O caráter estadual da licença, pois, exceto nos casos expressos na lei, ela é concedida pela autoridade estadual;
- O caráter federal das normas básicas que disciplinam a licença.

- Destarte, a licença ambiental rege-se por normas federais básicas, em todo o território nacional, mas é concedida pelas autoridades competentes dos Estados.

- *Resolução CONAMA n.º 001/86*

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA -, procurando dar tratamento orgânico ao EIA/RIMA, editou a Resolução n.º 001, de 23 janeiro de 1986, estabelecendo “as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente”.

O art. 2º fala da abrangência do EIA, condicionando o licenciamento de várias atividades modificadoras do meio ambiente à elaboração de estudo ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA.

- *Resolução CONAMA n.º 009/87*

Por meio da Resolução n.º 009, de 3 de dezembro de 1987 (publicada no Diário Oficial da União em 5 de julho de 1990), o CONAMA disciplinou a realização das audiências públicas previstas na Resolução 001/86, abrindo importante canal para a participação comunitária na aferição do conteúdo dos estudos de impacto ambiental.

- *Decreto 99.274/90*

O Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990, procurando incorporar os avanços legislativos verificados principalmente após a implantação da nova ordem constitucional brasileira, revogou expressamente o Decreto n.º 88.351/83, antigo regulamento da Lei n.º 6.938/81, e estabeleceu, em seu artigo 17, quanto ao licenciamento de atividades que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. Nos parágrafos 1º a 4º da citada lei é dito o seguinte:

“ § 1º - Caberá ao CONAMA fixar os critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento, contendo, entre outros, os seguintes itens:

- *diagnóstico ambiental da área,*
- *descrição da ação proposta e suas alternativas;*
- *identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos.*

§ 2º - O estudo de impacto ambiental será realizado por técnicos habilitados e constituirá o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, correndo as despesas à conta do proponente do projeto.

§ 3º - Respeitada a matéria de sigilo industrial, assim expressamente caracteriza a pedido do interessado, o RIMA, devidamente fundamentado, será acessível ao público.

§ 4º - Resguardo o sigilo industrial, os pedidos de licenciamento, em qualquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão da licença serão objeto de publicação de grande circulação, regional ou local, conforme modelo aprovado pelo CONAMA".

- *Resolução CONAMA n.º 237/97*

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – aprovou a Resolução n.º 237, de 19 de dezembro de 1.997, dando organicidade e uniformidade ao sistema de licenciamento ambiental do País, com o objetivo de dirimir conflitos de atribuições e definir competências em razão dos conceitos de impacto ambiental nacional, regional, estadual e local.

Da Resolução escolhe-se, para aplicação do que é útil para o caso, o seguinte:

"Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I – Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos na próximas fases de sua implementação;

II – Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação de empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante.

III – Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento do que consta

das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação"

b) Âmbito Estadual

- *A Constituição Estadual de 1.989*

Os Estados-membros, ao elaborar as suas Constituições, quase à unanimidade, fizeram inserir em seus textos pressões específicas acerca do licenciamento ambiental e EIA/RIMA. Nessa linha, a atual Constituição Paulista cuidou do licenciamento, não se esquecendo de exigir o EIA/RIMA para as atividades, obras, processos produtivos e empreendimentos que possam acarretar impacto ambiental (art. 192, §§1º e 2º).

- *Lei n.º 997/76 e Decreto n.º 8.468/76*

No Estado de São Paulo, a obrigatoriedade do Licenciamento das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras surgiu com a Lei n.º 997, de 31 de março de 1.976, sob o enfoque da política de controle da poluição industrial. Reza o art. 5º, caput, dessa Lei:

"A instalação, a construção ou a ampliação, bem como a operação ou funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento desta Lei, ficam sujeitas à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, mediante licenças de instalação e de funcionamento". Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 8.468/76.

- *Resolução SMA n.º 42/94*

No Estado de São Paulo, a normalização dos procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades sujeitas à elaboração de EIA/RIMA, foi estabelecida pela Resolução SMA n.º 42, de 29 de dezembro de 1.994, que instituiu dois instrumentos preliminares ao EIA/RIMA: Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e Termo de Referência (TR) – (cf. Anexo à Resolução, Parte I, itens 1 e 5).

As atividades que se enquadram também no Decreto Estadual 8.468/76 deverão, após a emissão da Licença Prévia pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA), obter as Licenças de Instalação e de Operação na CETESB.

O Relatório Ambiental Preliminar – RAP – configura-se como documento primeiro para o licenciamento ambiental. Tem como função instrumentalizar a decisão de exigência ou dispensa de EIA/RIMA, para obtenção de Licença Prévia. Em caso de exigência, subsidiará a elaboração do Termo de Referência do EIA/RIMA.

- *Lei n.º 9.509/97*

A Lei n.º 9.509, 20 de março de 1.997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, atendendo à disciplina geral do licenciamento estabelecido pela legislação federal, contemplou as três formas de licenças (LP, LI e LO – cf. art. 20), suprimindo, em definitivo, a omissão da Lei n.º 997/76 e seu Decreto regulamentador, que não faziam referência à Licença Prévia.

- *Decreto Estadual n.º 47.397/02*

Este decreto deu nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescentou os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976. Assim, estabelece no CAPÍTULO II - Das Licenças Prévia e de Instalação, em seu Artigo 58

"O planejamento preliminar de uma fonte de poluição, dependerá de licença prévia, que deverá conter os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação.

§ 1º - Serão objetos de licenciamento prévio pela CETESB os empreendimentos relacionados no Anexo 10.

§ 2º - Dependerá de licenciamento prévio, apenas no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, as atividades e obras sujeitas a avaliação de impacto ambiental.

§ 3º - As demais atividades listadas no artigo 57 e que dependam exclusivamente do licenciamento da CETESB, terão a licença prévia emitida concomitantemente com a Licença de Instalação.

Artigo 58-A - Dependerão de Licença de Instalação:

I - a construção, a reconstrução, ampliação ou reforma de edificação destinada à instalação de fontes de poluição;

II - a instalação de uma fonte de poluição em edificação já construída.

III - a instalação, a ampliação ou alteração de uma fonte de poluição."

- *Resolução SMA n.º 54/2004*

No Estado de São Paulo, a normalização dos procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades sujeitas à elaboração de EIA/RIMA, foi estabelecida pela Resolução SMA n.º 42/94, de 29 de dezembro de 1.994, conforme já mencionado. Entretanto com a vigência da Resolução SMA 54/2004 de 30 de novembro de 2004, que "*Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente*", os procedimentos para o licenciamento ambiental no Estado de São Paulo sofreu algumas alterações. Assim, o processo de licenciamento para o empreendimento em questão, conforme já mencionado no Capítulo 1 do presente documento, seguiu o rito estabelecido por essa resolução, cujos principais aspectos destacam-se a seguir:

Art. 5º " a concessão de licença prévia (LP) a atividades ou empreendimentos considerados como efetivamente causadores de significativa degradação do meio ambiente, que dependerá da aprovação de EIA/RIMA, se iniciará com a protocolização do Plano de Trabalho, ao qual se dará publicidade, acrescido das contribuições de eventual audiência pública."

ANEXO - Procedimentos para o Licenciamento Ambiental no Âmbito da SMA/DAIA

...

1.3. Tratando-se de atividade ou empreendimento considerados como potencial ou efetivamente causadores de significativa degradação do meio ambiente, o empreendedor deverá protocolizar na SMA/DAIA Plano de Trabalho, com vistas à elaboração do Termo de Referência do EIA/RIMA.

...

4. Atividade ou Empreendimento Potencial ou Efetivamente Causador de Significativa Degradação do Meio Ambiente.

4.1. Definição do Termo de Referência - TR.

4.1.1. Nas hipóteses previstas pelo item 1.3., o empreendedor encaminhará ao DAIA Plano de Trabalho instruído com a caracterização do empreendimento e um diagnóstico simplificado de sua área de influência, explicitando a metodologia e o conteúdo dos estudos necessários para a

avaliação dos impactos ambientais relevantes que serão causados, com vistas à definição do Termo de Referência do EIA/RIMA.

4.1.2. Protocolizado o Plano de Trabalho, o empreendedor deverá apresentar, no prazo máximo de quinze (15) dias, os comprovantes referentes à divulgação, no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e em jornal local, da abertura do prazo de quarenta e cinco (45) dias para manifestações sobre o empreendimento ou atividade, a serem encaminhadas por escrito à SMA/DAIA.

4.1.3. O DAIA ouvirá o CONSEMA, antes de definir o TR, sempre que este avocar sua participação na análise do Plano de Trabalho, em virtude da magnitude, significância e complexidade dos impactos ambientais do empreendimento ou atividade.

4.1.4. O DAIA analisará o Plano de Trabalho considerando as manifestações referidas no item 4.1.3, como também aquelas que forem feitas na audiência pública, se esta for realizada.

4.1.5. com base na análise do Plano de Trabalho e em outras informações constantes do processo, o DAIA definirá o Termo de Referência (TR), fixando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a elaboração do EIA e do RIMA e publicando essa decisão, que é condição para que o interessado possa requerer a licença prévia (LP).

4.1.6. O interessado deverá, nessa fase do processo e dentro do prazo definido, apresentar o EIA e o RIMA, requerendo ao DAIA a concessão da licença prévia (LP).

4.1.7. Protocolizado o pedido de licença prévia (LP) com a entrega do EIA e do RIMA, o empreendedor deverá apresentar, no prazo de quinze (15) dias, os comprovantes referentes à divulgação, no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação, em jornal local e em veículos de rádio-difusão, do pedido de licença e da abertura do prazo de quarenta e cinco (45) dias para manifestações sobre o empreendimento ou atividade, assim como para solicitação de audiência pública, a serem encaminhadas por escrito à SMA/DAIA.

4.1.8. Nos termos do disposto na Resolução CONAMA nº 9/87 e na Deliberação CONSEMA 34/01, no decorrer do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias citado no item 4.1.7., os legitimados poderão solicitar a realização de audiência pública, com vistas à discussão sobre a significância dos impactos. As audiências públicas poderão ser agendadas pelo CONSEMA, de comum acordo com o DAIA, a partir da data da solicitação.

4.2. Análise do EIA e RIMA

4.2.1. A análise do EIA considerará as contribuições apresentadas na audiência pública, bem como as complementações que forem exigidas.

4.2.2. Concluída a análise, o DAIA emitirá parecer técnico conclusivo, podendo ou indicar a viabilidade ambiental do empreendimento ou indeferir o pedido de licença instruído com o EIA/RIMA apresentado.

4.2.3. No caso de o DAIA concluir pela viabilidade ambiental do empreendimento, o parecer técnico conclusivo deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva do CONSEMA, que providenciará a publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado e a encaminhará aos conselheiros até 8 (oito) dias antes da reunião plenária subsequente.

4.2.4. O Plenário do CONSEMA, mediante solicitação de um quarto (1/4) de seus membros, ou por deliberação específica, poderá avocar a si a apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, aprovando-o ou reprovando-o.

4.2.5. Não sendo avocada a apreciação pelo Plenário, a Secretaria Executiva do CONSEMA encaminhará o Parecer Técnico do DAIA a uma de suas Câmaras Técnicas, que analisará o empreendimento ou atividade, aprovando-o ou reprovando-o.

4.2.6. Aprovado o estudo que comprova a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, a SMA emitirá licença prévia (LP), que indicará seu prazo de validade e o órgão licenciador responsável pelas demais fases do licenciamento ambiental (LI e LO)."

4.2.7. No caso de o DAIA considerar que o EIA apresentado pelo empreendedor não evidenciou a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, tal decisão, motivada, será publicada no Diário Oficial do Estado e o respectivo processo, arquivado que instituiu dois instrumentos preliminares ao EIA/RIMA: Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e Termo de Referência (TR) – (conforme Anexo à Resolução, Parte I, itens 1 e 5).

As normas e legislação incidentes no licenciamento ambiental deste tipo de empreendimento são as seguintes:

▪ **Âmbito Federal:**

- Constituição Federal - Cap. VI: Meio Ambiente - Art. 225

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo 1º: Dá incumbências ao poder público para assegurar a efetividade desse direito; e

Parágrafo 3º: As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

- Lei Nº 4.771/65 - Art. 2º (inclusas alterações introduzidas pela Lei Nº 7.803/89)

Institui o Código Florestal e faz considerações e impõe as exigências quanto à preservação de Área de Preservação Permanente (APP).

- Lei Nº 6.938/81 (regulamentada pelo Decreto Nº 99.247/90)

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e dá outras providências.

- Lei Nº 7.864/89 - Art. 3º - i.III

Estabelece a definição de poluição como degradação da qualidade resultante de atividades que, direta ou indiretamente, criem quaisquer condições adversas.

- Resolução CONAMA Nº 004/85

Dispõe sobre definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas e estabelece e define Áreas de Preservação Permanente (APP).

- Resolução CONAMA Nº 001/86

Estabelece definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental.

- Resolução CONAMA Nº 005/89

Institui o Programa Nacional de Controle de Poluição do Ar - PRONAR, que limita os níveis de emissão de poluentes das fontes de poluição atmosférica e dá outras providências.

- Resolução CONAMA Nº 003/90

Estabelece padrões de qualidade do ar e amplia o número de poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle.

- Resolução CONAMA Nº 001/94

Define estágios sucessionais para o sistema de vegetação da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa.

- Resolução CONAMA Nº 303/02

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP).

- Portaria MINTER Nº 231 de 27/04/76

Trata dos padrões da qualidade do ar.

- Portaria MINTER Nº 124 de 20/08/80

Estabelece normas no tocante à prevenção de poluição hídrica (distância mínima de 200m das coleções hídricas ou cursos d'água mais próximos).

- Norma Técnica NBR 6484 de 1980

Define o método de execução de sondagens a percussão cujas finalidades são a exploração por perfuração para determinação do perfil do sub-solo, resistência à penetração dos materiais atravessados, obtenção de amostras deformadas dos mesmos e medida dos níveis d'água subterrânea, para fins da engenharia civil.

- Norma Técnica NBR 5.681 de 1980

Fixa as condições mínimas a serem preenchidas no controle tecnológico da execução de aterros em obras de edificação.

- Norma Técnica NBR 10.151 de 1987

Fixa as condições para avaliação de ruídos em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade.

- Norma Técnica NBR 10.152 de 1987

Estabelece os níveis de ruído para o conforto acústico.

▪ **Âmbito Estadual:**

- Constituição do Estado de São Paulo - Cap IV: Meio Ambiente - Art. 191

O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

- Lei Estadual Nº 997 de 31/05/76

Dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.

- Lei Estadual Nº 7.663 de 30/12/91

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

- Decreto Estadual Nº 8.468 de 08/09/76

Aprova o regulamento da Lei Nº 997 de 31/05/76, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.

- Decreto Estadual Nº 10.755 de 22/11/77

Dispõe sobre o enquadramento dos corpos d'água receptores na classificação prevista no Decreto Nº 8.468 de 08/09/76 e dá providências correlatas.

- Resolução SMA Nº 42 de 29/12/94

Define procedimentos para análise de documentos de licenciamento ambiental.

▪ **Âmbito Municipal:**

- Lei Municipal Nº 7413 de 30/12/1992

Estabelece o Código de Obras.

- Lei Municipal Nº 6031 de 29/12/1981

Estabelece as categorias de Uso e Ocupação do Solo.

- Lei Municipal Nº 004 de 17/01/1996

Institui o Plano Diretor do Município.

- Plano de Gestão da APA Municipal de Sousas e Joaquim Egídio criadas pelo Decreto Municipal Nº 11.172 de 28/05/1993

Estabelece, dentre outras coisas, o zoneamento do uso do solo e dá diretrizes para implantação do sistema viário principal nos dois distritos do município de Campinas.

- Lei Municipal Nº 10.850/2001

Cria a Área de Proteção Ambiental – APA do Município de Campinas, regulamenta o Uso e Ocupação do Solo e o Exercício de atividades pelo Setor Público e Privado

- Decreto Nº 14.909, de 13 de setembro de 2004 Lei Municipal Nº 10.850/2001

Descreve os perímetros das zonas urbanas de uso do solo estabelecidas pela Lei nº 10.850, de 07 de julho de 2001, que “Cria a APA do Município de Campinas, regulamenta o uso e ocupação do solo e o exercício de atividades pelo Setor Público e Privado”.

3.2 Plano de Gestão da APA Municipal

A criação de Áreas de Proteção Ambiental – APAs – foi um recurso instituído pelas Leis Federais Nº 6.902/81 e 6.938/81, visando contribuir para a preservação e recuperação de áreas de relevante interesse ambiental.

Essa transformação de áreas comuns em unidades de conservação passou, então, a constituir um valioso instrumento da política ambiental, cuja utilização baseia-se na definição de normas disciplinadoras do uso e ocupação da terra e do sistema de gestão ambiental.

Somente no Estado de São Paulo, entre a data da promulgação desta legislação federal e a deste Plano de Gestão, já haviam sido criadas dezenove APA's, sendo três federais, três estaduais e o restante municipais.

Além da APA Municipal de Sousas e Joaquim Egídio, o município de Campinas também tem a porção do extremo nordeste enquadrada na APA Estadual dos Rios Piracicaba e Juqueri-Mirim, criada pelo Decreto Estadual Nº 7.438/91, cujo objetivo foi proteger as áreas de cabeceiras e afluentes de alto curso da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, por tratar-se de manancial destinado ao abastecimento de água.

Na elaboração do Plano de Gestão da APA Municipal, procurou-se conciliar a dinâmica dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio, através dos processos que os estruturaram ao longo do tempo, de seus problemas prioritários, de suas tendências de desenvolvimento futuro e dos desafios voltados para a compatibilização de seu desenvolvimento econômico compatível sem a deterioração de seu patrimônio ambiental.

Com um zoneamento específico, combinado com diretrizes para preservação do patrimônio ambiental e para a acessibilidade regional, esse "Plano de Gestão" foi colocado num momento extremamente oportuno, organizando e planejando a ocupação da região em função de sua real vocação e estabelecendo critérios de manejo por zona.

Portanto, comprometendo-se na íntegra com as diretrizes do Plano de Gestão da APA, pode-se considerar que o presente empreendimento, constituído por um novo "Loteamento Residencial e uma via urbana de acesso a outros loteamentos de alto padrão, está efetivamente alinhado com a política de preservação e conservação ambiental da região em questão, enquadrada como Z4 – APA.

Destaca-se que para esse zoneamento municipal, o Plano de Gestão estabeleceu um padrão de *zona residencial de baixa densidade demográfica com flexibilização de usos associados à residência sendo permitidos, com restrição quanto à localização, pequenos estabelecimentos de comércio, serviços e usos vocacionais.*

Assim, pode-se inferir que o empreendimento em questão e seu acesso enquadram-se perfeitamente às exigências do Plano de Gestão, uma vez que ocupam a terra de forma ordenada e em harmonia com os recursos naturais existentes.

O objeto cujo licenciamento ambiental está sendo pleiteado caracteriza-se em um Loteamento Residencial, a ser desenvolvido em uma gleba de terras com área total de 3.155.350,00 m², denominado "Loteamento Residencial

Três Pontes do Atibaia" e seu acesso, que se constitui na implantação/ampliação e operação de um trecho de sistema rodoviário com 7,5 km de extensão, que constitui o prolongamento da Avenida Alexandre Mackenzie, já existente no município de Campinas, o qual além de servir o futuro empreendimento imobiliário, servirá como novo acesso ao Distrito de Sousas, pois, este trecho estende-se integralmente pelo Distrito de Sousas, componente do Município de Campinas localizado no Estado de São Paulo. Importante destacar que esse traçado viário obedece aos critérios estabelecidos pelo Plano Diretor do município de Campinas, sendo de interesse da própria municipalidade seu desenvolvimento.

Tal trecho viário pode ser sub-dividido em 02 (dois) sub-trechos, em função do tipo de intervenção a ser efetuada:

- **Sub-trecho 1:**

Inicia-se na interseção com a Rodovia D. Pedro I e prolonga-se até a interseção com a Estrada Vicinal CAM 10, nas proximidades do loteamento Caminhos de San Conrado.

Embora não utilize vias existentes, seu traçado segue em quase toda a extensão as diretrizes do sistema viário aprovado no Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio - APA Municipal, elaborado pela SEPLAMA - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas.

Portanto, trata-se de um trecho novo a ser implantado ao longo das propriedades rurais da região. Importante ainda destacar que todos os proprietários estão de pleno acordo com a servidão desse novo trecho viário, não existindo conflitos com os atuais proprietários dessas terras.

- **Sub-trecho 2:**

Inicia-se na interseção do sub-trecho 1 com a Estrada Vicinal CAM 10, nas proximidades do loteamento Caminhos de San Conrado (já existente), e estende-se através dessa via por mais 2 km em direção ao Município de Pedreira, possibilitando o acesso ao "Loteamento Três Pontes do Atibaia", através da Avenida Mário Garnero.

Neste caso, o empreendimento prevê apenas a duplicação da via existente e as devidas adequações viárias para deixá-la em condições de receber o tráfego usuário.

Portanto, trata-se de um trecho existente a ser ampliado e readequado de modo a tornar-se mais seguro e confiável.

Atualmente, a região é servida por dois acessos principais:

- Avenida Antonio C. Barros/Avenida Mário Garnero que, embora em boas condições físicas, obriga a convivência do tráfego de passagem com o movimento local de pedestres e veículos na área central de Sousas; e
- Estrada Vicinal CAM 10 que apresenta-se em condições precárias do ponto de vista de gabarito e de leito carroçável, além de apresentar pontos críticos como pontes de madeira, como a que ruíu com as chuvas e encontra-se interditada há vários meses.

3.2.1 APA Municipal de Campinas

Trata-se de uma categoria de UC – Unidade de Conservação recente que, no Brasil, surgiu no início dos anos 80 (Artigo 8º da Lei Federal nº 6.902, de 27/04/1981), juntamente com diversos outros instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente destinados à conservação ambiental.

Tem por objetivo principal “conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área, seus potenciais e limitações”.

Ao contrário de outras unidades de conservação, as APAs podem incluir terras de propriedade privada, não exigindo, portanto, a desapropriação de terras. Assim, uma APA não impede o desenvolvimento de uma região, permite a manutenção das atividades humanas existentes, e apenas orienta as atividades produtivas de forma a coibir a predação e a degradação dos recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental Municipal de Campinas, ou APA de Sousas e Joaquim Egídio, foi decretada há alguns anos pela Prefeitura do Município de Campinas, SP, como uma estratégia para garantir o desenvolvimento sócio-econômico desta área, aliado à proteção de seu significativo patrimônio ambiental.

Em uma tentativa de conciliar os interesses econômicos X preservação ambiental, a administração pública municipal criou, por decreto, a APA de Sousas e Joaquim Egídio, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sócio-econômico da região sem a degradação de seus recursos naturais nem do patrimônio histórico e cultural.

A figura a seguir apresenta a imagem satélite da APA municipal de Campinas, incluindo seus limites. Nesta imagem de 1996 vê-se a delimitação, em vermelho, da APA de Sousas e Joaquim Egídio na região de Campinas. Observa-se a vegetação arbórea densa (matas e reflorestamentos) em verde escuro; culturas em verde claro, rosa claro e escuro; pastagens em rosa claro e marrom; corpos d'água em azul escuro; áreas urbanas em diversos tons de roxo. A grande área urbana no canto inferior esquerdo da foto corresponde à sede do Município de Campinas. O loteamento em questão situa-se na porção oeste da APA.

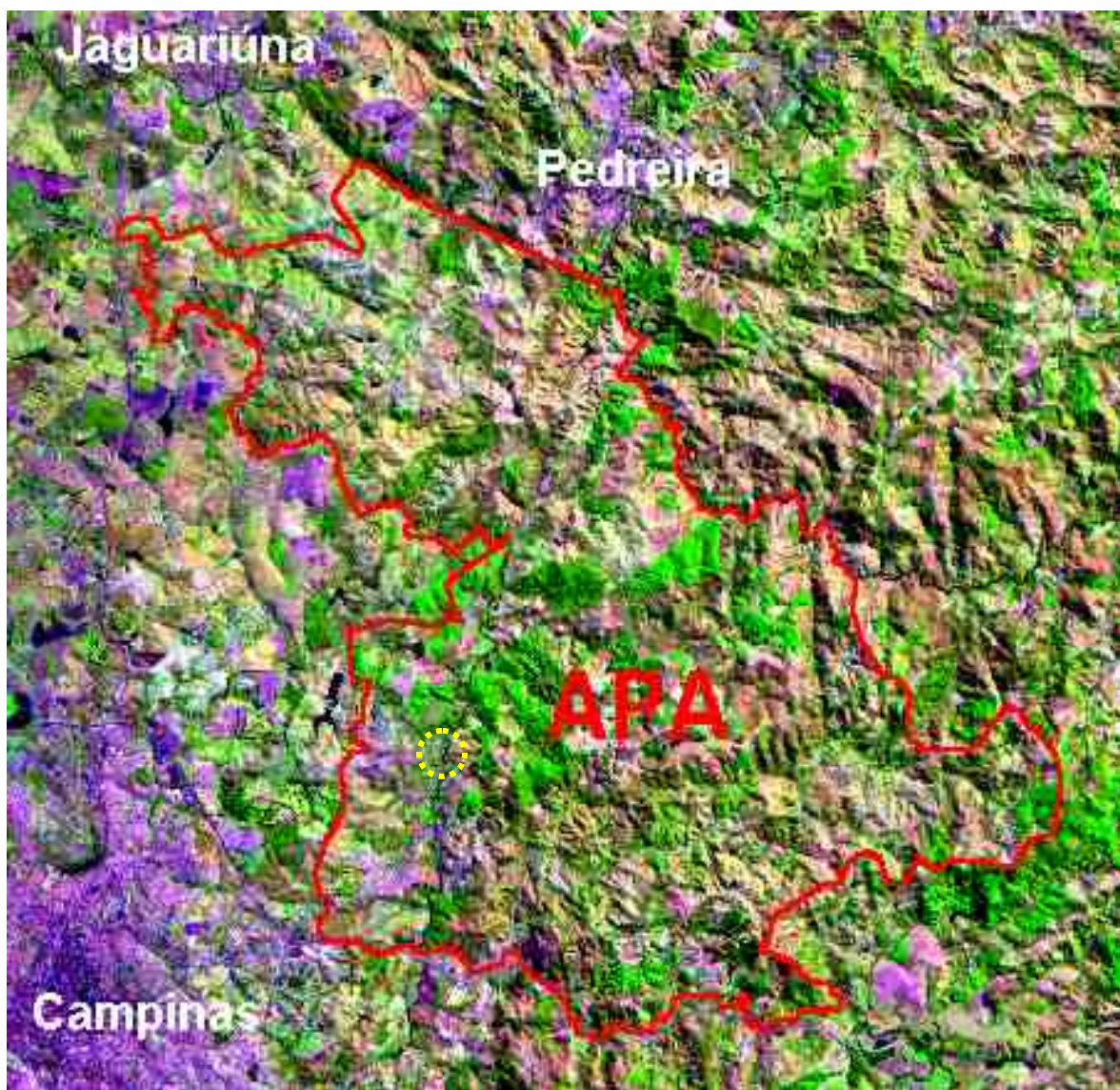
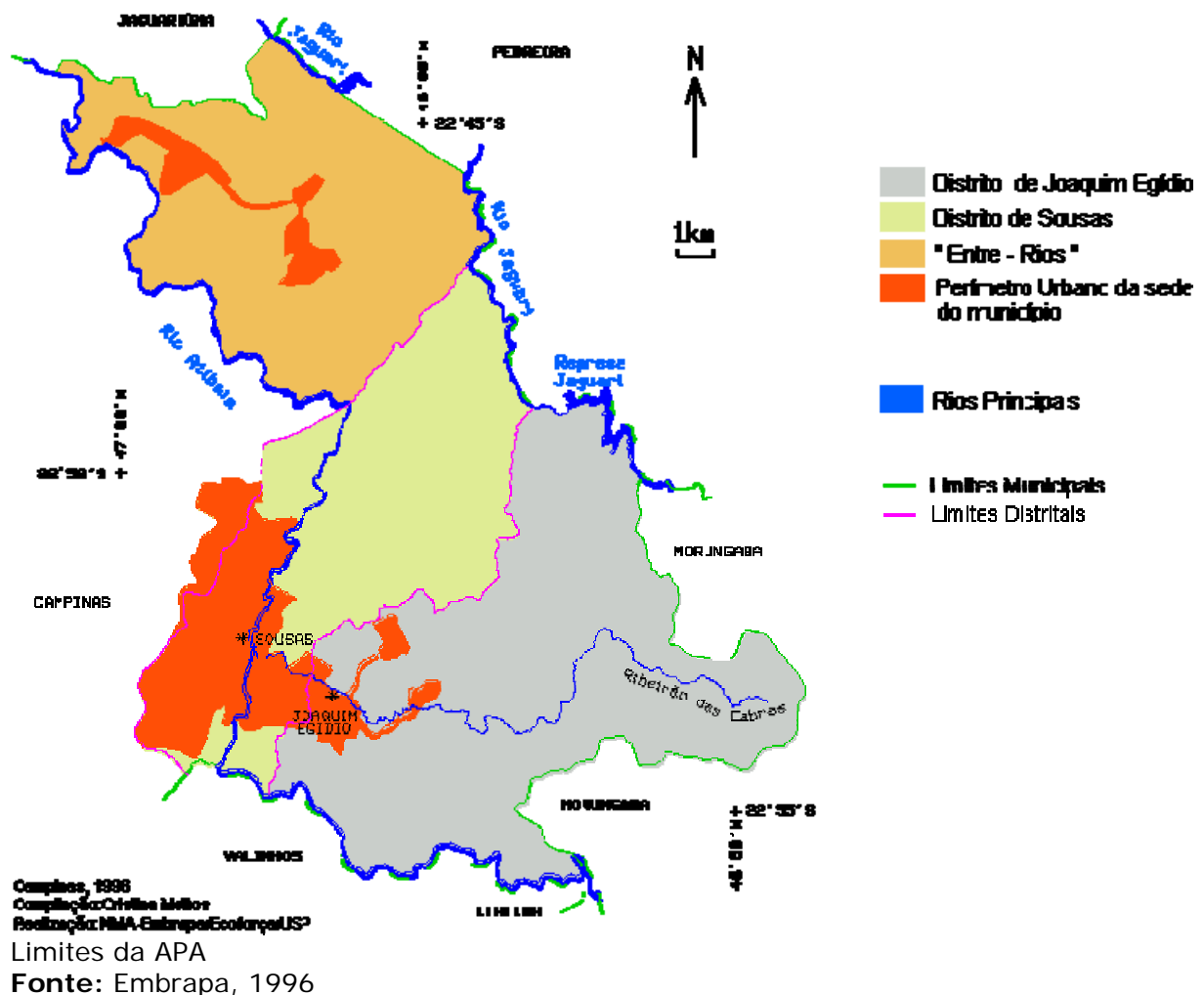


Imagem satélite com os limites da APA. O círculo amarelo indica a área de influência do empreendimento proposto.

Fonte: Embrapa, 2002 – Monitoramento por Satélite

A ilustração a seguir apresenta os limites físicos da APA.



3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS – ASPECTOS LEGAIS

A gleba destinada à implantação do empreendimento *Três Pontes do Atibaia e seu acesso*, está em perfeita conformidade com o estabelecido nos dispositivos legais do Município de Campinas quanto ao seu enquadramento no zoneamento adotado. No item *Instrumentos do Ordenamento Físico-Territorial do Município de Campinas*, são apreciados os dispositivos legais vigentes e aplicáveis para o presente estudo.

A Lei Complementar nº 004, de 17.01.1996, que dispõe sobre o Plano Diretor do de Campinas, dividiu o território municipal em *Macrozonas*, sendo que a *Macrozona 1* definida como *Área de Preservação Ambiental*. Com base nos termos dispostos na Lei do Plano Diretor, a Lei nº 10.850, de 07.06.2001, cria a APA – *Área de Proteção Ambiental*, estabelece o

Zoneamento Ambiental e regulamenta o uso e ocupação do solo e o exercício de atividades pelo setor público e privado.

No dispositivo legal de criação da APA, institui Conselho Gestor – CONGEAPA e define suas atribuições. O Decreto nº 13.835, de 25.01.2002, dispõe sobre o *caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador* do Conselho, tendo como *objetivo promover a participação autônoma e organizada da comunidade no processo de definições da política de desenvolvimento local e no acompanhamento de sua execução*.

De acordo com o Zoneamento Ambiental definido na lei de criação da APA, a gleba do empreendimento imobiliário em questão encontra-se em *Zona de Uso Urbano* e está em consonância com o disposto na Lei nº 6.031, de 29.12.1988, que disciplina o Uso e Ocupação do Solo no Município de Campinas.

O projeto concebido para o empreendimento *Três Pontes do Atibaia*, como evidenciado anteriormente, está em conformidade com as *diretrizes* para o Zoneamento Ambiental estabelecidas no Plano de Gestão da APA, instrumento que baliza a atuação do CONGEAPA, responsável legal por sua implementação.

Parte da porção norte do território da APA de Campinas, nos limites com os municípios de Jaguariúna e Morungaba, está contida no perímetro da área II da Área de Proteção Ambiental – APA Piracicaba – Juqueri-mirim, criada pelo Decreto 26.882/87 e pela Lei Estadual nº 7.438/91.¹

A porção com interface na APA estadual está próxima da Zona Urbana que envolve os núcleos Carlos Gomes, Jardim Monte Belo e Chácara Gargantilha. O perímetro da ZUR, compreendendo os núcleos de Joaquim Egídio e Souza, está fora e distante dos limites da área II da APA Piracicaba – Juqueri-Mirim. Por consequência, também a gleba do empreendimento proposto para a implantação do *Residencial Três Pontes do Atibaia* e do *Prolongamento da Avenida Alexandre Mackenzie*.

¹ Essa APA compreende duas áreas: na Área 1, com 107.000 ha, estão os municípios de Analândia, Charqueada, Corumbataí, Itirapina, Ipeuna e Rio Claro. Na Área 2, com 280.000 ha, estão Amparo, Bragança Paulista, Campinas, Holambra, Jaguariuna, Joanópolis, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracema, Santo Antônio da Posse, Serra Negra, Socorro, Tuiuti e Vargem – conforme *Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo* – Parte II Interior. SMA, 1998.